

Deputado acha difícil vigiar uso da máquina

O relator da lei que vai regulamentar as eleições dos ano que vem, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), disse ontem que não há legislação capaz de impedir que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha privilégios em relação a outros candidatos na campanha à reeleição. "O privilégio é inerente do cargo, por melhor que seja a lei ela só reduz isso em até 70%. Só a desincompatibilização resolveria o problema, mesmo assim em 90%", disse Apolinário, reagindo às preocupações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ilmar Galvão. O relator está analisando medidas para regulamentar a propaganda eleitoral via Internet.

O presidente do TSE tem manifestado muita preocupação com os instrumentos legais que serão adotados para coibir o uso da máquina administrativa pelo presidente da República e pelos governadores que tentarem a reeleição.

Na sua opinião, a condição de presidente da República assegura esse privilégio a qualquer pessoa, mas não é suficiente para garantir a reeleição. "Mas tenho que ser realista. Não é verdade dizer, como querem alguns, que a lei vai resolver 100%". Irônico, Carlos Apolinário usou como exemplo o cargo de Ilmar Galvão para exemplificar o que é "privilégio inerente do cargo". "Se o Ilmar Galvão - que é notícia porque é presidente do TSE - fosse candidato, o que ele tem dito ou faz seria ou não uso da máquina?", questionou o relator.